

ROBERTO BOETTIER DOS SANTOS

ABORDAGEM SOBRE ONGS,
PROJETOS SOCIAIS, INSTITUIÇÃO,
FUNDAÇÃO E ENTIDADES



ROBERTO BOETTIER DOS SANTOS

ABORDAGEM SOBRE ONGS,
PROJETOS SOCIAIS, INSTITUIÇÃO,
FUNDAÇÃO E ENTIDADES



1.^a edição

Autor

Roberto Boettier dos Santos

**ABORDAGEM SOBRE ONGs, PROJETOS SOCIAIS,
INSTITUIÇÃO, FUNDAÇÃO E ENTIDADES**

ISBN 978-65-6054-155-9



ABORDAGEM SOBRE ONGs, PROJETOS SOCIAIS,
INSTITUIÇÃO, FUNDAÇÃO E ENTIDADES

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2025

Copyright© dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S237a Santos, Roberto Boettier dos.
Abordagens sobre ONGs, projetos sociais, instituição, fundação e entidades [livro eletrônico] / Roberto Boettier dos Santos. – São Paulo, SP: Arché, 2025.
59 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-155-9

1. Associações sem fins lucrativos – Administração. 2. Organizações não-governamentais. 3. Administração de projetos.
I. Título.

CDD 658.404

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE cancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- Copyright® 2025 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutorando. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinham- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. Maria V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francine de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Este livro digital, intitulado “**Abordagem sobre ONGs, Projetos Sociais, Instituição, Fundação e Entidades**”, foi elaborado com o propósito de oferecer uma visão ampla, estruturada e acessível sobre o universo do Terceiro Setor, destacando sua relevância social, seus fundamentos jurídicos e seus desafios contemporâneos.

Este livro apresenta uma análise abrangente sobre as Organizações da Sociedade Civil, explorando os aspectos jurídicos, institucionais e gerenciais que sustentam sua atuação. Com base em fundamentos legais, teorias acadêmicas e práticas de gestão, a obra propõe um olhar atualizado sobre o papel das ONGs, associações, fundações e projetos sociais no contexto brasileiro.

O e- book é estruturado com base em legislações vigentes e referências teóricas atualizadas, o conteúdo oferece suporte acadêmico e prático aos que atuam ou desejam aprofundar seus conhecimentos sobre ONGs, fundações, associações e projetos sociais.

A obra tem como foco principal contribuir para a

compreensão do papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil no Brasil, considerando tanto sua configuração legal quanto sua atuação prática na promoção do bem comum, na defesa de direitos e na construção de uma sociedade mais justa, participativa e solidária.

Ao longo do conteúdo apresentado, são discutidos os aspectos essenciais da formação jurídica dessas organizações, evidenciando as particularidades das associações e fundações, suas formas de constituição, regulamentação e funcionamento. A análise do marco legal vigente, com destaque para a Lei nº 9.790/1999 e a Lei nº 13.019/2014, permite compreender os caminhos institucionais trilhados pelo Terceiro Setor e sua relação com o Estado por meio de instrumentos formais de parceria.

Além disso, o livro aborda com profundidade a sustentabilidade financeira e a gestão organizacional, enfatizando a importância do planejamento estratégico, da captação ética de recursos, da avaliação de impacto social e da profissionalização das entidades. Tais elementos são apresentados como pilares fundamentais para assegurar a continuidade e a efetividade das ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil.

A obra também reconhece o valor do voluntariado, da formação continuada, da participação social ativa e do controle social como instrumentos indispensáveis à legitimidade e à qualificação das práticas do Terceiro Setor.

Destinado a estudantes, gestores, pesquisadores, profissionais do setor e todos aqueles que desejam compreender com mais profundidade a dinâmica e os desafios das organizações da sociedade civil, este livro pretende ser uma ferramenta de apoio teórico e prático, contribuindo para o fortalecimento institucional e a ampliação do impacto social dessas entidades.

Com linguagem acessível, fundamentação teórica e referência às normas legais e acadêmicas, o conteúdo aqui apresentado, busca fomentar a reflexão crítica e inspirar ações transformadoras. Que esta leitura possa iluminar caminhos e impulsionar iniciativas comprometidas com a construção de um futuro mais humano, democrático e solidário.

Assim, o trabalho se configura como uma leitura indispensável para pesquisadores, estudantes, profissionais da área social e agentes comprometidos com o fortalecimento das

práticas sociais no Brasil.

O autor,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 01.....	23
ONGS NO BRASIL: FORMAÇÃO, ESTRUTURA JURÍDICA E RELEVÂNCIA SOCIAL	
CAPÍTULO 02.....	30
MARCOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL	
CAPÍTULO 03.....	37
TSUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS	47
ÍNDICE REMISSIVO	51

INTRODUÇÃO

Antes de adentrar no universo das organizações do terceiro setor, é necessário compreender, de forma clara, sua composição e natureza. O terceiro setor é formado por entidades não governamentais, sem fins lucrativos, com gestão autônoma e voluntária, constituídas legalmente e institucionalizadas (MEDEIROS, 2006). Essas organizações desempenham papel fundamental na sociedade contemporânea, atuando em campos diversos como educação, saúde, meio ambiente, cultura e inclusão social.

A forma como o terceiro setor vem se estruturando no Brasil evidencia a presença ativa de agentes políticos, sociais, culturais e econômicos, cujas ações nem sempre convergem para modelos organizacionais unificados (COSTA, 2009). Essa pluralidade de influências demonstra o caráter dinâmico e, por vezes, heterogêneo das práticas adotadas pelas instituições que o compõem.

Durante a constituição de uma pessoa jurídica no Brasil, diversas são as possibilidades legais, como fundações, associações, cooperativas de trabalho, sociedades, organizações religiosas e partidos políticos. No entanto, apenas associações e

fundações são reconhecidas como integrantes efetivas do terceiro setor (IPEA, 2010). Portanto, ao longo deste livro, os termos utilizados referem-se, exclusivamente, às associações e fundações, deixando claro o recorte institucional adotado.

Essa delimitação conceitual é essencial para que se compreenda, com precisão, os contornos jurídicos, administrativos e sociais que envolvem o funcionamento das Organizações Não Governamentais (ONGs), projetos sociais, instituições, fundações e demais entidades civis, objeto central desta abordagem.



ABORDAGEM SOBRE ONGs, PROJETOS SOCIAIS, INSTITUIÇÃO, FUNDAÇÃO E ENTIDADES



APPROACH ON NGOs, SOCIAL PROJECTS, INSTITUTIONS, FOUNDATIONS AND ENTITIES



ENFOQUE SOBRE ONG, PROYECTOS SOCIALES, INSTITUCIONES, FUNDACIONES Y ENTIDADES

RESUMO

O presente livro propõe fazer uma abordagem a respeito das ONGs, projetos sociais, instituição, fundação e entidades. A metodologia adotada para este estudo foi o método exploratório, com base em pesquisas bibliográficas e documentais. Objetiva-se assim um estudo amplo sobre o terceiro setor tendo como justificativa a importância deste para a sociedade. O artigo mostra que há muitas diferenças entre esses setores os quais serão explicitados abaixo sendo este o resultado da presente pesquisa.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Organização Não Governamental. Características.

ABSTRACT

This book proposes to approach NGOs, social projects, institutions, foundations and entities. The methodology adopted for this study was the exploratory method, based on bibliographic and documentary research. The objective is to conduct a broad study on the third sector, justifying its importance to society. The article shows that there are many differences between these sectors, which will be explained below, and this is the result of this research.

Keywords: Third Sector. Non-Governmental Organization. Characteristics.

RESUMEN

Este libro propone realizar una aproximación a las ONG, proyectos sociales, instituciones, fundaciones y entidades. La metodología adoptada para este estudio fue el método exploratorio, basado en la investigación bibliográfica y documental. El objetivo es realizar un estudio amplio sobre el tercer sector, justificado por su importancia para la sociedad. El artículo muestra que existen muchas diferencias entre estos sectores las cuales se explicarán a continuación, lo cual es el resultado de esta investigación.

Palabras clave: Tercer Sector. Organización no gubernamental. Características.

CAPÍTULO 1

ONGS NO BRASIL: FORMAÇÃO, ESTRUTURA JURÍDICA E RELEVÂNCIA SOCIAL

...

ONGS NO BRASIL: FORMAÇÃO, ESTRUTURA JURÍDICA E RELEVÂNCIA SOCIAL

A constituição de uma organização da sociedade civil requer, inicialmente, uma escolha estratégica: a definição de sua formatação jurídica. Essa decisão impacta diretamente a natureza das atividades desenvolvidas, o acesso a recursos e a sustentabilidade institucional. Segundo Medeiros (2006), a escolha do tipo jurídico deve ser feita com base em análise criteriosa das vantagens e limitações de cada modelo disponível, observando-se o objetivo social da entidade.

As associações e as fundações são as principais formas jurídicas das organizações do chamado Terceiro Setor, que se configura como um espaço não estatal e não lucrativo voltado ao interesse público. O Terceiro Setor surge como uma resposta à limitação histórica do Estado em atender, de maneira eficaz, as demandas sociais nos âmbitos filantrópico, cultural, recreativo, científico, ambiental, educacional e de assistência social (IPEA, 2010).

De acordo com Fernandes (1994, p. 21), esse setor representa um campo ainda em construção, com atuação crescente e multifacetada, sendo responsável por ações que buscam complementar o papel do Estado e ampliar os canais de participação social. Trata-se, portanto, de um segmento cuja relevância social e econômica é cada vez mais evidente, exigindo profissionalização da gestão, transparência nos processos e organização jurídica sólida (Cavalcante, 2012).

As Organizações Não Governamentais (ONGs), nesse contexto, têm papel essencial. Elas exercem atividades sem fins lucrativos, em áreas onde o poder público frequentemente não alcança. Embora muitas vezes atuem em parceria com o Estado, essas entidades mantêm autonomia organizacional, sendo sustentadas por recursos provenientes de doações da sociedade civil, patrocínios privados, convênios públicos e vendas de produtos próprios (IPEA, 2010). A participação voluntária é, historicamente, um dos pilares dessas organizações, fortalecendo seu caráter coletivo e democrático.

As ONGs são também espaços de mobilização social e de fortalecimento da cidadania ativa, permitindo a expressão de interesses de grupos minoritários e contribuindo para a consolidação da democracia. Segundo Cavalcante (2012), indivíduos que integram organizações da sociedade civil tendem a desenvolver maior consciência política e participação em processos decisórios públicos.

Paralelamente, os projetos sociais representam instrumentos eficazes de transformação da realidade social. Como pontua Santos (2009), esses projetos nascem do desejo coletivo de superar desigualdades e promover o bem comum, despertando o senso de responsabilidade social e a solidariedade entre os envolvidos. Por esse motivo, são reconhecidos como práticas cidadãs, que muitas vezes se desenvolvem de forma voluntária e sem qualquer finalidade lucrativa.

No campo sociológico, destaca-se a importância das chamadas instituições sociais, que funcionam como estruturas normativas das relações humanas, regulando comportamentos e consolidando valores reconhecidos pela sociedade (GIDDENS,

2005). Essas instituições são classificadas conforme suas características e funções:

- Espontâneas, como a família, surgem a partir da convivência social;
- Criadas, como bancos e igrejas, são elaboradas para organizar determinados aspectos da sociedade;
- Reguladoras, como as instituições religiosas e educacionais, orientam valores e condutas sociais;
- Operacionais, como departamentos administrativos, atuam diretamente sobre as estruturas da sociedade.

Entre os tipos jurídicos que compõem o terceiro setor, as fundações são entidades de direito privado, criadas com base em um patrimônio destinado a um fim social, instituídas por pessoa física ou jurídica, por meio de escritura pública ou testamento, conforme determina o Código Civil (BRASIL, 2002). As fundações são regidas por estatutos próprios, cuja alteração e fiscalização são atribuídas ao Ministério Público, como forma de garantir que seus objetivos originais sejam preservados.

Sua extinção pode ocorrer em razão do cumprimento do prazo de duração previsto no estatuto ou pela inviabilidade de continuidade de suas atividades, sendo necessário o encaminhamento do processo ao Ministério Público para avaliação (BRASIL, 2002).

Já as associações, também regulamentadas pelo Código Civil, são definidas como a "união de pessoas que se organizam para fins não econômicos" (BRASIL, 2002, art. 53). Essas organizações podem ter caráter altruístico — quando voltadas ao atendimento da coletividade sem exigências restritivas — ou não altruístico, quando direcionadas a um grupo específico de associados. A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XVII, assegura o direito à livre associação, proibindo expressamente aquelas com caráter paramilitar.

Assim como ocorre com as fundações, as associações são regidas por estatutos, que regulam direitos, deveres e formas de gestão. Sua criação não depende de patrimônio inicial, mas sim da vontade comum dos associados, o que facilita sua formação e amplia sua aplicabilidade em contextos sociais diversos.

Portanto, a escolha entre fundação ou associação deve ser feita com base nos objetivos institucionais da organização e nos meios necessários para sua manutenção e gestão. Ambas as estruturas representam instrumentos fundamentais de atuação no Terceiro Setor, contribuindo significativamente para o desenvolvimento humano, a inclusão social e a efetivação de direitos.

CAPÍTULO 2

MARCOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL

MARCOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL

A atuação das organizações da sociedade civil no Brasil está diretamente vinculada ao marco legal que regulamenta suas atividades, parcerias e formas de financiamento, além de envolver aspectos importantes como transparência, prestação de contas e controle social. O fortalecimento do terceiro setor passa, necessariamente, pela consolidação de uma base jurídica sólida, que garanta segurança institucional e promova uma relação transparente com o Estado e a sociedade.

2.1 O Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil

O marco normativo das organizações da sociedade civil passou por importantes avanços nas últimas décadas. Um dos marcos mais relevantes foi a publicação da Lei nº 9.790/1999, que instituiu a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Essa legislação representou uma tentativa de conferir maior legitimidade e reconhecimento

institucional a entidades sem fins lucrativos que atuam em áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras.

A criação da OSCIP permitiu que essas organizações celebrassem Termos de Parceria com o poder público, de modo mais flexível e específico do que os convênios tradicionais. Como destaca Franco (2006), esse modelo de parceria buscou aprimorar o relacionamento entre Estado e sociedade civil, favorecendo a transparência e a definição de metas e resultados.

Posteriormente, a publicação da Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), trouxe avanços significativos. Essa lei estabeleceu normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as OSCs, instituindo três principais instrumentos: Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.

O MROSC representa um passo importante na busca por gestão mais eficiente, planejamento estratégico e controle institucional nas parcerias firmadas com o poder público (BRASIL, 2014). Além disso, reforça a necessidade de transparência e

prestação de contas, além de incentivar a atuação das organizações por meio de projetos com impacto social mensurável.

2.2 Políticas Públicas e a Atuação das Organizações

As organizações da sociedade civil têm contribuído, historicamente, para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil. Em muitos casos, são elas que atuam na linha de frente das ações sociais, suprimindo lacunas deixadas pelo Estado, especialmente em comunidades vulneráveis.

Segundo Tenório (2007), o envolvimento das OSCs no processo de desenvolvimento social não é apenas operacional, mas também político e estratégico. Essas organizações ajudam a traduzir demandas sociais em ações concretas, contribuindo para a democratização da gestão pública e a aproximação das políticas com a realidade das populações atendidas.

Em parceria com o Estado, muitas dessas entidades executam programas públicos de assistência social, educação, saúde e cultura, recebendo recursos mediante editais ou instrumentos de colaboração formalizados. No entanto, essa atuação deve sempre respeitar critérios legais, com transparência

na aplicação dos recursos e definição clara dos objetivos e metas a serem alcançados.

2.3 Prestação de Contas e Transparência

A transparência na gestão de recursos públicos e privados é um dos pilares da atuação responsável das organizações da sociedade civil. Como destaca IPEA (2010), a prestação de contas deve ser entendida não apenas como uma obrigação legal, mas como uma prática ética que fortalece a legitimidade institucional da organização perante a sociedade e os financiadores.

O Marco Regulatório das OSCs determina a obrigatoriedade de apresentação de relatórios de execução financeira e técnica, além de possibilitar auditorias independentes e avaliações periódicas de impacto social. Essas ferramentas visam ampliar a confiança nos resultados das ações desenvolvidas e incentivar o uso qualificado dos recursos disponíveis.

2.4 Controle Social e Participação Cidadã

O controle social é uma das formas mais importantes de participação democrática e fiscalização da gestão pública e das

ações sociais desenvolvidas por organizações civis. Trata-se da atuação ativa da sociedade na supervisão, avaliação e acompanhamento das políticas públicas e dos serviços ofertados.

De acordo com Abrucio (2010), o controle social se manifesta por meio de conselhos gestores, conferências públicas, ouvidorias, comitês de fiscalização e outras instâncias que possibilitam à população acompanhar e influenciar decisões governamentais e de entidades sociais.

A presença da sociedade civil organizada nesses espaços contribui para uma governança mais participativa e plural, garantindo que os recursos públicos e as políticas públicas estejam alinhadas às necessidades reais da população, especialmente dos grupos historicamente excluídos.

2.5 Caminhos para o Fortalecimento Institucional

Para que o terceiro setor alcance um grau mais elevado de **efetividade e sustentabilidade**, é fundamental que suas organizações invistam em **formação continuada, planejamento estratégico e adoção de boas práticas de gestão**. A profissionalização da administração, o uso de indicadores de

impacto, a promoção da transparência ativa e o cumprimento rigoroso da legislação vigente são requisitos essenciais para o reconhecimento e a perenidade dessas instituições (FRANCO, 2006; TENÓRIO, 2007).

O fortalecimento do marco legal, aliado à atuação consciente da sociedade civil organizada, permite que as ONGs, associações e fundações não apenas cumpram seu papel social, mas contribuam de forma qualificada para a construção de um país mais justo, inclusivo e democrático.

CAPÍTULO 3

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A sustentabilidade financeira e a gestão qualificada são elementos imprescindíveis para a longevidade e efetividade das organizações da sociedade civil. Diferentemente das empresas do setor privado, essas instituições operam sem fins lucrativos e precisam buscar recursos continuamente para manter suas atividades, sem comprometer sua missão social. Além disso, enfrentam desafios específicos relacionados à governança, à prestação de contas e à avaliação de impacto.

Conforme ressaltava Franco (2006, p. 75), “a profissionalização da gestão e o desenvolvimento de práticas transparentes são exigências crescentes que se impõem às organizações da sociedade civil no contexto contemporâneo”. Isso evidencia a importância de estratégias bem estruturadas para garantir não apenas a sobrevivência financeira, mas também a relevância social e institucional dessas entidades.

3.1 Fontes de Financiamento no Terceiro Setor

As organizações da sociedade civil se sustentam por meio de diversas fontes de financiamento, que vão desde recursos públicos e privados, até iniciativas inovadoras de mobilização social. As principais modalidades incluem:

- Convênios e termos de parceria com o poder público;
- Doações de pessoas físicas e jurídicas;
- Patrocínios e apoios institucionais;
- Editais de fundações nacionais e internacionais;
- Eventos beneficentes e campanhas de arrecadação;
- Comercialização de produtos sociais e prestação de serviços;
- Crowdfunding (financiamento coletivo).

De acordo com IPEA (2010), “as organizações que apresentam maior capacidade de diversificar suas fontes de receita conseguem manter maior autonomia institucional e reduzir sua vulnerabilidade frente a oscilações econômicas e políticas”.

3.2 Captação de Recursos: Planejamento e Estratégias

A captação de recursos é uma atividade estratégica que requer planejamento, análise de oportunidades e conhecimento técnico. Segundo Tenório (2007, p. 26), “a sustentabilidade não se resume à arrecadação de fundos, mas envolve a construção de relações de confiança com financiadores e a consolidação de uma imagem institucional coerente com os valores da organização”.

Entre as estratégias mais eficazes, destacam-se:

- Elaboração de projetos bem estruturados, com objetivos claros, metas mensuráveis e impacto social demonstrável;
- Construção de redes de relacionamento com financiadores e parceiros;
- Comunicação transparente com a comunidade e os doadores;
- Uso de plataformas digitais e redes sociais para mobilização.

Além disso, o profissional responsável pela captação deve atuar como articulador, negociador e gestor de relacionamentos institucionais.

3.3 Planejamento Estratégico e Governança

A gestão organizacional das entidades da sociedade civil deve estar fundamentada em planejamento estratégico participativo, que alinhe missão, visão, objetivos e ações operacionais. Conforme afirma Drucker (2002, p. 48), “as organizações eficazes não se orientam apenas pelo que querem fazer, mas principalmente pelos resultados que devem alcançar”.

Um bom planejamento permite:

- Melhor aproveitamento de recursos financeiros e humanos;
- Definição clara de papéis e responsabilidades;
- Priorização de ações com maior impacto social;
- Monitoramento contínuo dos resultados.

A governança institucional também deve ser fortalecida por estruturas decisórias transparentes, conselhos atuantes, e processos internos bem definidos. Cavalcante (2012) destaca que

“a governança eficaz das OSCs depende da capacidade de articular gestão democrática com responsabilidade social e eficiência administrativa”.

3.4 Avaliação de Impacto e Indicadores de Desempenho

A avaliação de impacto social e a utilização de indicadores de desempenho são ferramentas fundamentais para mensurar os resultados das ações realizadas. Essas práticas não apenas qualificam a prestação de contas, como também possibilitam a melhoria contínua dos processos e a demonstração objetiva dos benefícios gerados à sociedade.

Para Silva (2018, p. 112), “avaliar o impacto é ir além da execução; é demonstrar a transformação gerada na realidade da comunidade atendida”. Indicadores qualitativos e quantitativos devem ser construídos com base em critérios como:

- Efetividade (alcançou os resultados esperados?);
- Eficiência (recursos foram bem aplicados?);
- Relevância (a ação faz sentido diante do contexto social?);

- Sustentabilidade (há continuidade possível do projeto?).

3.5 O Papel do Voluntariado

O voluntariado é uma das bases mais significativas da atuação das organizações da sociedade civil. Trata-se de um trabalho livre, gratuito e solidário, orientado para o bem comum. Conforme define a Lei nº 9.608/1998, o serviço voluntário é “a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública ou a instituição privada sem fins lucrativos”.

Segundo Souza (2008, p. 59), “o voluntariado não representa apenas apoio operacional, mas uma forma de engajamento ético e político com as causas sociais”. O estímulo à participação voluntária deve estar alinhado com processos formativos que promovam o engajamento consciente e contínuo.

3.6 Formação Continuada e Profissionalização

Outro elemento central para o fortalecimento das OSCs é a formação continuada dos seus quadros técnicos e dirigentes. A

profissionalização do terceiro setor envolve capacitação em áreas como:

- Gestão financeira;
- Elaboração de projetos sociais;
- Captação de recursos;
- Avaliação e monitoramento;
- Legislação aplicada ao terceiro setor.

Como enfatiza Franco (2006, p. 81), “não basta boa vontade; a eficácia da ação social exige preparo técnico, ética profissional e competência gerencial”.

Organizações mais profissionalizadas conseguem consolidar sua atuação, atrair mais recursos e obter maior reconhecimento institucional.

CONCLUSÃO

Em epitome, ao final desta abordagem sobre ONGs, projetos sociais, instituições, fundações e entidades, que o chamado Terceiro Setor ocupa uma posição cada vez mais estratégica na estrutura social brasileira. Essas organizações, embora muitas vezes associadas de forma simplista à caridade, ao voluntariado ou ao assistencialismo, revelam-se estruturas complexas, com base legal própria, formas organizacionais definidas e papel relevante na promoção de direitos, inclusão social e fortalecimento da cidadania.

A consolidação dessas entidades está diretamente relacionada à necessidade de suprir lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado na oferta de bens e serviços de interesse público. O Terceiro Setor surge, portanto, como uma resposta social estruturada à insuficiência das políticas públicas tradicionais, assumindo protagonismo na construção de uma sociedade mais justa e participativa. Conforme a atuação dessas organizações se expande, cresce também a exigência por profissionalização, planejamento estratégico, transparência, avaliação de impacto e práticas de governança capazes de assegurar sua legitimidade e

sustentabilidade.

Ao longo deste trabalho, ficou evidente que o fortalecimento dessas instituições depende de um conjunto articulado de fatores: marcos legais consistentes, parcerias efetivas com o poder público, captação responsável de recursos, mobilização social ativa e compromisso ético com suas finalidades institucionais. Além disso, a adoção de processos de formação continuada, uso de indicadores de desempenho e incentivo à participação cidadã contribuem para que tais organizações avancem de maneira qualificada e comprometida com os interesses coletivos.

É nesse sentido que se reafirma o valor do Terceiro Setor como espaço legítimo de transformação social, não apenas como alternativa à ação estatal, mas como elemento essencial da democracia contemporânea. Sua contribuição transcende a atuação pontual e filantrópica, assumindo um papel estruturante no desenvolvimento humano, na garantia de direitos e na promoção de uma cultura de solidariedade, inclusão e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Governança democrática e políticas públicas: caminhos e desafios para a efetividade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 343-366, 2010.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito administrativo descomplicado*. 16. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Método, 2008. 744 p.

ANDRADE, M. M. A. *Introdução a Metodologia do Trabalho Científico*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins e OLIVEIRA, Carolina Felipe de. *Manual de ONGs – Guia Prático de Orientação Jurídica*. 4ª edição, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003

BAVA, Silvio C. O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI. In: *Cadernos Abong. ONGs Identidades e Desafios Atuais*. São Paulo: Autores Associados, 2000. 41-86.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins

lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 mar. 1999.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 20ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2003

CAVALCANTE, Ana Regina. Terceiro Setor e cidadania ativa: contribuições das organizações civis na formação política do sujeito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 93-111, 2012.

COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiro Setor. SENAC, São Paulo, 2000

DALY, Herman E. Sustentabilidade em um mundo lotado. Scientific American. Edição especial – Brasil. São Paulo, n. 41, p. 92-99, out. 2005.

DRUCKER, Peter. Desafios da gestão no século XXI. São Paulo: Pioneira, 2002.

FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FRANCO, Augusto Rodrigues. Organizações da sociedade civil e o Estado: novos modelos de parceria e os desafios da accountability. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 86, p. 70-90, 2006.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IOSCHPE, Evelyn Berg. Terceiro Setor – Desenvolvimento Social Sustentado. Paz e Terra, São Paulo, 1997

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – 2006. Brasília: IPEA, 2010.

KENSKI, Rafael. O começo do fim. Superinteressante. São Paulo, n. 218, p. 44-54, out. 2005.

LOVINS, Amory B. Mais lucro com menos carbono. Scientific American. Edição especial – Brasil. São Paulo, n. 41, p. 66-75, out. 2005.

McRAE, Hamish. O mundo em 2020. Trad. Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MEDEIROS, Cibele Rodrigues de. Organizações da sociedade civil: fundamentos e práticas de gestão. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMM, Stuart. L.; JENKINS, Clinton. Conservação da biodiversidade. Scientific American. Edição especial – Brasil. São Paulo, n. 41, p. 58-65, out. 2005.

POLAK, Paul. O grande potencial da pequena agricultura. Scientific American. Edição especial – Brasil. São Paulo, n. 41, p. 76-83, out. 2005.

ROTHGIESSER, Tanya L. Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/>

SANTOS, Beatriz Alves dos. Cidadania e projeto social: participação, voluntariado e transformação social. Curitiba: CRV, 2009.

SILVA, José Pedro da. Avaliação de impacto social: metodologias e práticas para o terceiro setor. São Paulo: Paulus, 2018.

SOUZA, Cláudia. Gestão de organizações sociais: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor – Regulação no Brasil. 3ª edição, Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, 2003

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual e epistemológica. Revista de Administração Pública, Rio

de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 17-33, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem, 16, 45

Ações, 35

Adentrar, 15

Administração, 36

Adotado, 16

Alcança, 25

Alcançar, 41

Alinhado, 43

Alinhe, 41

Amplia, 28

Apenas, 42, 43

Aplicada, 44

Aprimorar, 32

Assistencialismo, 45

Associações, 15

Associados, 28

Atividades, 24

Atuação, 31

Avaliação, 44

Avanços, 31

B

Benéficas, 39

Bibliográficas, 20

Brasil, 15

C

Campos, 15

Capacidade, 39

Capacitação, 43

Captação, 40

Captação, 44

Características, 20

Caráter, 28

Central, 43

Ch

Chamado, 45

C

Civis, 16

Comercialização, 39

Compreender, 15

Comprometer, 38

Comprometida, 46

Confiança, 40

Constituição, 24

Construção, 40

Contemporânea, 46

Contexto, 38

Contínuo, 43

Convênios, 39

Critérios, 34

Crowdfunding, 39

Cultura, 32, 46

D

Definição, 41

Delimitação, 16

Democracia, 26, 46

Desenvolvimento, 46

Deste, 16

Determinados, 27

Digitais, 40

Direitos, 46

Doações, 39

E

Econômicos, 15

Editais, 39

Educação, 32

Elaboração, 44

Engajamento, 43

Entidades, 16, 45

Entre, 32

Epitome, 45

Escolha, 29

Espaço, 46

Essencial, 25

Estado, 31

Estratégias, 38

Estratégico, 33

Estruturada, 45

Estruturante, 46

Estruturas, 41, 45

Excluídos, 35

Exigências, 38

F

Fazer, 20, 41

Feita, 29

Filantrópica, 46

Finalidade, 26

Finalidades, 46

Financeira, 43

Fins, 25

Fiscalização, 27, 35

Flexível, 32

Fontes, 39

Fortalecida, 41

Fundação, 20

Fundações, 16, 39

Fundamentais, 29

Fundos, 40

G

Garantia, 46

Gestão, 29

Gestão, 43

Gestores, 35

Governamentais, 15

Governamental, 20

H

Humano, 29

I

Importância, 38

Incentivar, 34

Incentivo, 46

Inclusão, 45

Indicadores, 46

Iniciativas, 39

Instâncias, 35

Institucionais, 39, 40

Institucional, 31, 41, 44

Instituições, 16

Instrumentos, 29

Interesses, 46

IPEA, 39

J

Jurídicas, 39

Jurídico, 24

Justiça, 46

L

Legalmente, 15

Legislação, 44

Lucrativos, 32

M

Maior, 44

Manutenção, 29

Marcos, 31

Meio, 15

Meios, 29

Metas, 32

Método, 20

Mobilização, 40

Modalidades, 39

Monitoramento, 44

Monitoramento, 41

Mostra, 20

Motivo, 26

N

Natureza, 15

Necessidade, 45

O

Objetiva, 42

Objetivos, 29

Ongs, 16

Operacionais, 41

Operam, 38

Organização, 34

Organização, 20

Organizações, 15, 26, 31,
38, 45

Oscilações, 39

OSCIP, 32

Ouvidorias, 35

P

Papel, 46

Parceria, 39

Participação, 25

Partidos, 15

Patrimônio, 28

Patrocínios, 39

Plataformas, 40

Político, 33

Políticos, 15

População, 35

Possibilidades, 15

Práticas, 15, 26

Presença, 15, 35

Preservados, 27

Prestação, 38

Principais, 39

Priorização, 41

Profissional, 40

Profissionalização, 43

Profissionalizadas, 44

Projetos, 20, 26, 44

Promoção, 46

Pública, 43

Publicação, 31

Públicas, 35

Público, 39

Públicos, 39

Q

Qualificado, 34

R

Realidade, 33

Realizadas, 42

Recursos, 25, 34, 35, 40, 44

Reduzir, 39

Representa, 43

Requer, 24, 40

Resposta, 45

Ressalta, 38

Resultado, 20

Resultados, 41

S

Saúde, 32

Senso, 26

Sentido, 46

Serviços, 39

Setor, 15, 44

Setor, 20

Setores, 20

Significativos, 32

Simplista, 45

Social, 44

Sociedade, 20, 31, 32, 39

Sólida, 31

Solidariedade, 46

Surge, 24

Sustentabilidade, 24, 38, 40

T

Técnico, 40

Tentativa, 31

Terceiro, 15, 36

Terceiro, 20

Termos, 39

Transcende, 46

Transformação, 46

Transparente, 40

U

Unificados, 15

Universo, 15

Utilização, 42

Utilizados, 16

V

Veze, 15, 25

Vinculada, 31

Voltadas, 28

Voluntária, 15, 26

ABORDAGEM SOBRE ONGs, PROJETOS SOCIAIS, INSTITUIÇÃO, FUNDAÇÃO E ENTIDADES

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP.

Telefone: +55(11) 5107- 0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

CSL



9786560541559